

MORALIZAÇÃO E DOMESTICAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO?

Thais Joi Martins

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. *Entre Solidarité et Risque: Syndicats et fonds de pension durant le gouvernement Lula*. Paris: L'Harmattan, 2013. 256 páginas.

Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula é a interessante obra de Maria Chaves Jardim, prefaciada pela renomada socióloga da EHESS, Monique de Saint Martin. De forma sintética, a obra aponta as centralidades e as fronteiras entre determinados setores do sindicalismo brasileiro, mercado financeiro, fundos de pensão e movimento sindical. A obra em questão foi lançada no Brasil em 2009, pela Editora Annablume, e possui como tema central a ideia inovadora de que “existe uma elite sindical gestora de fundos de pensão no Brasil contemporâneo”; sendo assim, o movimento sindical não está tão em crise como querem os marxistas ortodoxos, ou seja, a autora afir-

ma que assim como o capitalismo, o movimento sindical se reinventa e os fundos de pensão constituem uma forte bandeira nesse processo. Ademais, a autora nos estimula a pensar o papel dos fundos de pensão nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), identificando parcerias público-privado e a interação de motivações, símbolos e culturas no mercado financeiro, variáveis ignoradas pela teoria econômica *mainstream*.

Recém-lançado na França pela Editora l'Harmattan, o livro alcançou sucesso de crítica, tornando-se uma referência para pensar a sociologia das finanças no Brasil como apontado por Sabine Montagne, professora da Université de Dauphine, França, e Ho-

rácio Ortiz, antropólogo do Centre de Sociologie de l'Innovation, França, no dossiê de sociologia das finanças para a revista Cairn. Esse fato me estimulou a escrever a resenha que ora apresento, já que vi na ocasião uma oportunidade para rerepresentar essa interessante contribuição para a academia brasileira. Afinal, quem sabe alguns anos depois a sociologia do trabalho não está preparada para compreender a leitura contra-intuitiva realizada pela autora?

Início afirmando que a obra de Jardim é uma das poucas obras acadêmicas brasileiras que consegue mostrar, a partir de um ponto de vista sociológico e com bastante sofisticação analítica, como se caracterizam os fundos de pensão no Brasil, bem como traz consigo o cenário de um capitalismo diferenciado que tende a se moralizar e a se domesticar, o que a autora entende pela regulamentação rígida dos mercados financeiros, além do uso dos recursos oriundos das finanças para a implantação de grandes projetos de infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento, criado durante o governo Lula, com o objetivo de fornecer infraestrutura para o país (rodovias, hidrelétricas, estação de metrô, construção de casas populares).

O instigante prefácio da socióloga Monique de Saint Martin mostra bastante entusiasmo pelas revelações da autora. Segundo Saint Martin, Jardim descreve o surpreendente processo de (re)conversão no Brasil, por parte de sindicalistas oriundos da CUT, em direção ao mercado financeiro. Uma (re) conversão que não se limita ao mundo do trabalho, mas alcança as fronteiras “dos modos de vida, das maneiras de ser e pensar e de fazer o sindicalismo” [p.18] e que foi impulsionada pela chegada do presidente Lula ao poder. Saint Martin assinala que apesar do capitalismo possuir

um caráter amoral, existem diferentes tipos de capitalismo e o livro de Jardim consegue mostrar com grande maestria a existência de uma possível utopia global, “a domesticação do capitalismo”, que possui suas diferenças e sutilezas e que pode estar sendo reinventada no Brasil. Para Saint Martin, aí se encontra a grande originalidade do trabalho de Jardim. Sem julgamento moral sobre o comportamento dos sindicalistas no mercado financeiro, a autora nos abre uma interessante porta analítica para pensar o movimento sindical, o mundo do trabalho e as centralidades e fronteiras existentes entre produção e finanças.

Jardim situa o tema dos fundos de pensão dentro da lógica financeira, um universo que busca sempre a maximização dos lucros, negando mecanismos de funcionamento com o viés moral. É nesse sentido que a autora explora um tema bastante original, identificando as diferenças e particularidades que ocorrem no Brasil no que diz respeito à relação existente entre os agentes sindicais e o mundo das finanças. Jardim aposta na conjectura de que o Brasil faz a “domesticação do capitalismo”. Essa asserção se dá a partir do fato de que as centrais sindicais brasileiras e os próprios sindicalistas passam a conceber uma relação próxima com as elites financeiras, através da gestão sindical dos fundos de pensão, que, por sua vez são utilizados como uma “alternativa na luta sindical”, ou seja, os fundos de pensão passam a servir como ponte para o desenvolvimento de projetos sociais e práticas de inclusão social. Assim, é através de mecanismos dados no universo das finanças que surge a possibilidade de transformar o “capitalismo selvagem” em “capitalismo domesticado”, ou melhor, num capitalismo moralizado, contexto possibilitado pela gestão sindical dos fundos.

No que diz respeito à metodologia utilizada, Jardim aplica a prosopografia para compreender as trajetórias de vida dos atores sindicais. Além disso, a autora usa outros recursos, tais como entrevistas com os dirigentes dos fundos de pensão, com sindicalistas e com membros do governo Lula. Em seguida, a autora analisa documentos fornecidos por associações brasileiras vinculadas aos fundos de pensão (ABRAPP, por exemplo), pelos sindicatos e pelas centrais sindicais, sobretudo a CUT (Central Única do Trabalhador). Além disso, a autora utiliza relatos da grande imprensa escrita, entrevistas por e-mail, busca nos arquivos sindicais, participação em conferências e o uso de material estatístico. A multiplicidade de recursos na coleta de dados colaborou para que a pesquisa e a temática abordada fossem aprofundadas e para que os argumentos da autora fossem legitimados em termos de seriedade e rigor.

A fim de demonstrar o quadro descrito acima, que, conforme nos mostra a autora, se passa dentro de um espaço social onde se relacionam elites financeiras e sindicalistas, espaço no qual “o odor dos cigarros e das bebidas baratas se misturam com o cheiro dos perfumes importados”, a obra está estruturada em sete capítulos, a saber:

O primeiro capítulo tem como fio condutor as políticas de proteção e segurança social no Brasil, já que os fundos de pensão podem ser caracterizados como uma política de proteção ao trabalhador. Para descrever como se deu a história da proteção social no Brasil, a autora usou como ilustração as Santas Casas da Misericórdia, as associações de assistência mutual e também os montepios, considerados como grandes iniciativas voltadas a proteção social nacional. A autora nos instiga a pensar que os montepios foram os precursores dos fundos de pensão.

Posteriormente, a autora discorre sobre o processo de constituição social dos primeiros fundos de pensão no Brasil, que tem como marco o ano de 1977 e a incorporação destes na agenda sindical. Argumenta que ocorre a criação e a implantação de leis voltadas para os fundos de pensão no período Cardoso e Lula. A autora se preocupa também em descrever os escândalos voltados para a corrupção dos fundos, especialmente nos anos 1970, 1980 e 1990. Finalmente Jardim mostra a relação existente entre os ex-sindicalistas que estavam presentes no governo (e parcialmente no governo Dilma), o movimento sindical e o próprio mercado das finanças.

O segundo capítulo tem como preocupação central o debate internacional que existe em torno do capitalismo acionário, que, por sua vez, subsidia os fundos de pensão, os mecanismos de governança corporativa, de responsabilidade social e de educação financeira, os quais envolvem os fundos de pensão. Deste modo, mostra também como se deu o interesse dos sindicalistas pelos fundos de pensão e o processo de representação desses trabalhadores acionários. O capítulo tem a sofisticação de mostrar como o mundo sindical se apropriou dos dispositivos de governança corporativa, entretanto sem negar as limitações de transparência que podem existir a partir do uso desses dispositivos.

O terceiro capítulo veicula uma discussão internacional sobre as possíveis influências de países como Estados Unidos, Canadá e França sobre os fundos de pensão no Brasil. A discussão apoia-se na premissa de que os Estados Unidos possuem o sistema de *trust*, lógica inicial que levou ao desenvolvimento dos fundos de pensão ao redor do mundo; o Canadá, por sua vez, teria a lógica dos fundos de pensão pensada

a partir da interação entre componentes sociais e financeiros; já a França, que possui uma postura menos voltada para aceitação dos dispositivos privados, tem como proposta a transformação do fundo de pensão num dispositivo que se aproxima da poupança salarial. Nesse momento, a autora provoca o público francês, afirmando que o dispositivo de poupança salarial existente na França, é, na verdade, um eufemismo que a sociedade criou para falar e aceitar os fundos de pensão.

No quarto capítulo, a autora mostra de forma aprofundada sua tese de “domesticção do capitalismo” via fundos de pensão; ou seja, argumenta que o bom casamento entre finanças e sindicatos é incentivado e impulsionado pelo governo Lula. Diversos exemplos são apresentados pela autora, dentre eles, a “bancarização das classes populares”, que conduziria o trabalhador à inclusão bancária, de modo a estabelecer um bom relacionamento com o mercado financeiro.

No quinto capítulo, a autora aprofunda alguns apontamentos dentro de sua problemática central, deixando claro que o fenômeno brasileiro é um processo que ultrapassa a questão da adesão dos sindicalistas aos mecanismos financeiros; a autora reflete sobre a possibilidade de uma verdadeira transformação nas relações estabelecidas entre capital e trabalho no país. Nesse momento, Jardim mostra que o sindicato justifica sua inserção no mundo das finanças através da lógica de que os fundos de pensão possam gerar frutos de cunho político, social e moral. Em última análise, a autora nos convida a refletir sobre um modelo de desenvolvimento de caráter heterodoxo, mas sustentado em variáveis ortodoxas. Essa constatação ousada é outra grande contribuição. A autora tem ainda nesse capítulo o cuidado de explorar o de-

bate entre os sindicalistas que se interessam pelos fundos de pensão e os sindicalistas que se posicionam contra esse mecanismo financeiro, explorando a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, que nos convida a identificar atores opositores e defensores em um “campo” onde há agentes que lutam para a produção de *doxa*.

No sexto capítulo, inspirada nos trabalhos de Mary Douglas, a autora mostra de forma muito clara como as convenções sociais de moralização do capitalismo são apropriadas pelos sindicalistas, levando a construção de um discurso de acentuada descredibilidade nos mecanismos de proteção social no Brasil; ao mesmo tempo, engajados na construção do mercado dos fundos de pensão elenca a possibilidade de se trabalhar com os fundos de pensão a partir da perspectiva de que este dispositivo poderá servir à sociedade civil, pois o mesmo suscita o agenciamento dos dispositivos sociais voltados para a solidariedade. Logo, o fundo de pensão passa a ser visto como um “dom”, no sentido colocado por Marcel Mauss.

O sétimo e último capítulo trata de uma seção onde a autora demonstra a cristalização do processo mencionado nos capítulos anteriores. Nesse, Jardim mostra como as elites sindicais dos fundos de pensão (com a mudança de comportamento tal que os “livros de esquerda como o de Frei Beto [...] são substituídos por manuais de introdução às finanças”), são vistas como empresários sociais e “atores de uma nova governança” configurando, nesse sentido, “um novo capitalismo brasileiro”, tenso, ambíguo, limitado, mas resultado de uma convergência de diversas elites, que, por sua vez, são oriundas de distintos espaços sociais.

NOTA SOBRE A AUTORA

Thais Joi Martins, graduada em ciências Sociais pela Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho (Unesp de Araraquara) e com parte da graduação na Université Charles de Gaulle Lille III, mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), doutoranda na área de Ciência política na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e com parte do doutorado na Université de Picardie Jules Verne, Amiens, França.

Recebido em: 26.06.2014

Aprovado em: 19.12.2014

